



IP/10/1079

Bruxelas, 31 de Agosto de 2010

Comissário Šemeta visita China para reforçar cooperação em matéria de controlos aduaneiros e combate à contrafacção

Algirdas Šemeta, Comissário Europeu responsável pela Fiscalidade, União Aduaneira, Luta contra a Fraude e Auditoria, abrirá amanhã uma conferência internacional em Xangai, no âmbito da exposição universal de 2010, sobre iniciativas para facilitar o comércio entre a China e a UE. O objectivo da conferência é debater formas de aprofundar a cooperação aduaneira entre a UE e a China, a fim de permitir a fluidez das trocas comerciais entre as duas partes sem deixar de proporcionar aos cidadãos um elevado nível de protecção. Serão pontos importantes da ordem de trabalhos a segurança da cadeia de abastecimento, o combate ao contrabando (especialmente de cigarros) e a protecção dos direitos de propriedade intelectual. A China é o segundo parceiro comercial da UE, depois dos EUA, e a sua maior fonte de importações. A UE, por seu turno, constitui o principal mercado de exportação da China. Tanto a UE como a China têm, por conseguinte, todo o interesse em assegurar a entrada nos respectivos mercados de produtos que não ofereçam quaisquer perigos e sejam genuínos e legais. O Comissário Šemeta passará três dias na China, a debater com as autoridades nacionais e os representantes das empresas questões fulcrais relacionadas com as alfândegas e as medidas antifraude, e visitará o porto de Xangai para ver ao vivo como funcionam os controlos aduaneiros chineses.

O Comissário Šemeta afirmou, a este respeito: «A forte expansão do comércio entre a UE e a China é extremamente positiva. O lado negativo, todavia, é que assistimos a um aumento paralelo do comércio ilegal, que é necessário fazer parar. O cumprimento das disposições em matéria aduaneira é essencial para proteger os nossos cidadãos e garantir a livre circulação de mercadorias entre países com laços comerciais. Eis a razão por que devemos intensificar ainda mais os nossos esforços para tornarmos a cooperação aduaneira entre a UE e a China eficaz, assente na confiança mútua e em objectivos comuns.»

As alfândegas da UE desempenham um papel crucial, assegurando o equilíbrio entre a protecção da sociedade e a facilitação dos fluxos comerciais legítimos. Dispõem de informações sobre cada importação e exportação que passa as fronteiras da UE e utilizam métodos sofisticados para controlar as mercadorias em questão. A China constitui o desafio mais importante para a política comercial da UE. A cooperação entre autoridades aduaneiras de ambas as partes é essencial para facilitar o comércio entre as mesmas.

Segurança da cadeia de abastecimento

As boas relações comerciais devem fundar-se na confiança recíproca em relação ao pleno empenhamento de ambas as partes na garantia de um elevado nível de segurança das mercadorias que exportam. Há uma série de anos que a UE e a China têm trabalhado para consolidar essa confiança no domínio aduaneiro. Entre as principais medidas tomadas, conta-se a assinatura de um

"Rapid" é um Boletim da Representação da Comissão Europeia em Portugal com carácter informativo não oficial. Reprodução total ou parcial autorizada.

acordo de cooperação aduaneira e assistência administrativa mútua e a criação do Comité Misto de Cooperação Aduaneira (CMCA) entre a UE e a China, cujo objectivo é promover a cooperação e o intercâmbio de informações, bem como contribuir para encontrar soluções comuns para problemas encontrados nesta área.

Um tema importante que o Comissário irá debater com os seus homólogos em Xangai é a ampliação do projecto-piloto lançado em 2006 e relativo a rotas comerciais seguras e inteligentes (*Smart and Secure Trade Lanes* - SSTL). Este projecto de referência testa as medidas de segurança aplicadas a um contentor e a tecnologia associada (por exemplo, selos digitais inteligentes), ao longo de todo o seu percurso, do princípio ao fim, além de fomentar o intercâmbio de dados e o reconhecimento mútuo em questões aduaneiras fundamentais. A primeira fase envolveu portos do Reino Unido e dos Países Baixos, assim como o porto chinês de Shenzhen. O projecto-piloto SSTL teve excelentes resultados ao nível da compreensão, da confiança e da cooperação entre as administrações aduaneiras participantes, tendo também feito avançar os trabalhos em matéria de reconhecimento mútuo dos programas de parceria comercial desenvolvidos por ambas as partes. A UE e a China estão a preparar-se agora para lançar a próxima fase do SSTL, em que participarão também a Bélgica, a França, a Alemanha e a Itália, bem como o porto de Xangai. O objectivo do projecto a longo prazo é facilitar um acordo sobre o reconhecimento mútuo das medidas de segurança, dos resultados dos controlos e dos operadores económicos autorizados.

Direitos de propriedade intelectual

A protecção dos direitos de propriedade intelectual (DPI) e o combate à contrafacção e à pirataria são essenciais para garantir o êxito das relações económicas e comerciais entre a UE e a China. Em Janeiro de 2009, a UE e a China assinaram um acordo sobre um plano de acção ambicioso para uma mais estreita cooperação aduaneira no que se refere à aplicação dos DPI. Esse plano tem como objectivo reforçar os controlos aduaneiros para detecção da contrafacção e da pirataria nos produtos objecto de trocas comerciais entre ambas as partes (ver [IP/09/193](#)). No âmbito desse plano, ambas as partes se centraram na criação e no funcionamento de uma rede aduaneira sobre protecção dos DPI, assim como no desenvolvimento de actividades em domínios essenciais como o intercâmbio de dados, a partilha de boas práticas e a cooperação com a indústria neste domínio. Durante a visita do Comissário à China, as duas partes debaterão a prorrogação do plano de acção até ao fim de 2012, a fim de garantir a sua correcta e frutífera aplicação, e analisarão formas de melhorar as actividades desenvolvidas ao abrigo do plano.

Combater o contrabando de cigarros

O Comissário Šemeta examinará igualmente como é que a cooperação entre a UE e a China se pode intensificar na perspectiva de pôr termo ao comércio ilegal de cigarros. A contrafacção e o contrabando de cigarros constituem um enorme problema para a UE: mais de 5 mil milhões de cigarros ilegais foram apreendidos pelas alfândegas da UE no ano passado, e isto corresponde provavelmente apenas a 5-10% do que se suspeita ser o volume real de tal comércio. A UE e os Estados-Membros perdem, por ano, até 10 mil milhões de euros em impostos não pagos, devido ao comércio ilícito de tabaco. Além disso, o dinheiro da contrafacção e do contrabando de cigarros financia o crime organizado e o terrorismo, que afectam países em todo o mundo. A cooperação entre a UE e a China em matéria de contrabando de cigarros inscreve-se no âmbito do acordo de assistência mútua assinado pelas duas partes em 2004 (ver [IP/04/599](#)). Desde 2008, o OLAF (o Organismo Europeu de Luta Antifraude) tem um agente de ligação em Pequim para trabalhar com as alfândegas chinesas e outras autoridades no combate ao contrabando de cigarros. Uma estreita cooperação e o intercâmbio de dados e informações sobre os envios suspeitos são essenciais para orientar as operações e melhorar os controlos contra os cigarros ilegais.

Para mais informações, consultar [MEMO/10/389](#)

Para mais informações sobre assuntos europeus:
http://ec.europa.eu/portugal/index_pt.htm